

O Estado de São Paulo
Quinta-feira, 21 de janeiro de 2002

Excessos hegemônicos

EUA DEVERIAM TER CAUTELA NO USO DE SEU ESMAGADOR PODER DE BARGANHA

MARCELO DE PAIVA ABREU

A manutenção a longo prazo de uma posição de hegemonia em escala mundial requer certa parcimônia no uso do poder pelo país hegemônico. A Pax Britannica, que por meio da política de "balança de poder" assegurou que não se generalizassem os conflitos europeus no século seguinte a Waterloo, é um bom exemplo dessa postura contida. Certamente é uma arte que os EUA têm tido dificuldade em dominar. Boa indicação dessas dificuldades são os tropeços de sua política em relação à Argentina.

Se houve um lado positivo na derrocada do regime Cavallo-De la Rúa, foi ter tornado possível vislumbrar a volta à normalidade das relações econômicas e políticas entre Argentina e Brasil, por muito tempo desgastadas pelas vituperações (e ações) quase semanais do ministro, mal aplainadas por reiteradas declarações de amor platônico da Casa Rosada. Removida a rigidez do regime cambial, foi natural a reaproximação entre o Brasil e a Argentina, inclusive porque, com o câmbio razoavelmente realinhado, há a expectativa de significativa expansão das exportações argentinas para o Mercosul.

Sabe-se que a aproximação econômica entre as duas grandes economias da América do Sul sempre foi vista em Washington com reserva, especialmente num quadro em que era plausível um projeto de integração de economias hemisféricas em torno do Mercosul, e não do Nafta. A revista *The Economist*, nos idos de 1998, chegou a contrastar o sucesso do Mercosul com o impasse da Alca, à sombra da relutância do Congresso quanto à aprovação do fast track.

Washington sempre teve o cuidado de não desesperançar inteiramente as ilusões argentinas sobre relações carnisais, campo fértil para a erosão, ao menos no longo prazo, de um Mercosul viável.

Surgiram, agora, relatos de comentários escabrosos sobre essa reaproximação, feitos no Departamento de Estado. Teria sido indicado a diplomatas argentinos que a aproximação com o Brasil não era o que consultava os interesses argentinos, pois dificilmente o Brasil seria o país que teria condições de oferecer à Argentina apoio financeiro para que pudesse superar a atual crise. Decisões sobre apoio financeiro à Argentina deveriam ser pautadas pela credibilidade da sua política econômica e pelo desejo de conter a desestabilização financeira de outros mercados, provocada pelo efeito contágio. Há base para supor que, infelizmente, possa estar sendo levada a sério em Washington a opção de explorar a fragilidade argentina para garantir a adoção de políticas favoráveis aos EUA.

Tentativas desse tipo, no passado, não foram coroadas de sucesso e tiveram até mesmo efeitos contraproducentes. Há precedentes instrutivos na história das relações dos EUA com a Argentina e com o Brasil. Episódios em que "se fue la mano a Washington", tanto em termos de adotar uma atitude intervencionista nos assuntos internos de seus parceiros menores quanto ao tentar utilizar a leverage associada a finanças no terreno das negociações comerciais.

Não deve ser esquecido que o Departamento de Estado foi talvez o maior cabo eleitoral de Juan Domingo Perón em sua famosa vitória de 1946, que legitimou a ascensão do populismo de origem militar na Argentina. Ao promover a publicação do famoso blue book, no qual se indicava, corretamente, o indecente comprometimento de sucessivos governos argentinos com o nazi-fascismo, os EUA permitiram que o slogan "Braden (ex-embaixador dos EUA na Argentina) o Perón" fosse utilizado com grande eficácia. Um pouco antes, mesmo estumado pelos EUA, o Brasil recusou-se a hostilizar a Argentina, simpática ao Eixo, pois não apenas era o "bom vizinho" da retórica pan-americana, era o vizinho de fato.

No caso do Brasil, a última manifestação de truculência explícita dos EUA foi em 1982, na reunião ministerial do Gatt. A pressão pela inclusão na pauta do que eram, então, os novos temas da agenda multilateral sobre a equipe econômica do momento, em face da resistência do Itamaraty, levou à

curiosa situação de uma dupla chefia da delegação para acomodar a cisão no seio do governo brasileiro. A vitória dos EUA foi efêmera e, depois disso, o Brasil, por quatro anos, liderou uma eficaz ação protetória em Genebra até que fosse lançada a Rodada Uruguai.

Além dos argumentos dissuasórios, baseados em precedentes históricos contraproducentes quanto ao uso da truculência, há outros aspectos a considerar que sublinham a fragilidade de uma postura simplista em relação ao assunto. Para o bem ou para o mal, o papel dos EUA na Argentina no terreno financeiro está longe da hegemonia absoluta, especialmente se for levado em conta o envolvimento de bancos europeus. Talvez mais crucial: o que a Argentina efetivamente demanda os EUA não podem oferecer, ou seja, mercados de exportação. Os desejos carais eram ridículos, porque é difícil contrariar a realidade de que os EUA e a Argentina são economias competitivas em produtos primários e a Argentina tem dificuldades para competir em manufaturados.

Finalmente, a aproximação política entre Brasil e Argentina é do interesse dos EUA, pois assegura que a América Latina seja, a despeito das dificuldades colombianas e venezuelanas, uma região de relativa tranquilidade política. A solução da crise argentina exige competência e coragem política não apenas em Buenos Aires, mas também em Washington.

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio